MLHCP
Plataforma Local de Coordenação Humanitária de Moçambique

DECLARAÇÃO PÚBLICA

Um ano da Plataforma Local de Coordenação Humanitária de Moçambique (MLHCP)

julho de 2026

Há precisamente um ano, um grupo de ONG locais e nacionais uniu-se para estabelecer a MLHCP com base numa única convicção: **a ação humanitária em Moçambique deve ser liderada por quem está mais próximo das comunidades que serve**.

Propusemo-nos construir um movimento de organizações com a mesma visão, comprometidas com este objetivo. Em doze meses, a plataforma cresceu para **mais de 120 membros**, que trabalham em conjunto com outras redes e plataformas em todo o país. Inclui os atores locais que responderam à violência do final de 2025, que deslocou comunidades em Cabo Delgado e Nampula, e às inundações que afetaram perto de 900 000 pessoas no sul e no centro de Moçambique no início deste ano.

Em dezembro do ano passado realizámos a nossa primeira Assembleia Geral e adotámos um quadro estratégico; estamos agora a estabelecer um secretariado a tempo inteiro, a nível nacional e em Pemba.

A nossa legitimidade é-nos conferida por aqueles que servimos. Nasce da proximidade de ver os nossos próprios vizinhos e comunidades perderem vidas, casas e meios de subsistência, desastre após desastre. É isso que dá aos atores locais tanto a legitimidade como a responsabilidade de responder — e é por isso que somos os primeiros no terreno quando surge uma crise. A questão não é saber se os atores locais têm mandato para responder, mas se o sistema humanitário mais amplo aceita que devem ser eles a liderar a resposta.

> Dos 80 milhões de dólares atribuídos a Moçambique este ano, no âmbito da histórica contribuição dos EUA para os fundos comuns geridos pelo OCHA das Nações Unidas, as ONG locais e nacionais receberam diretamente apenas **4 por cento**.

A localização não está a avançar em Moçambique ao ritmo a que deveria. Aos atores locais foi dito que este é o seu momento, mas continuam a sentir-se estruturalmente ignorados na resposta, tanto nos papéis de liderança na coordenação como no acesso ao financiamento.

O *status quo* tem de mudar. A missão Peer-to-Peer, realizada em novembro passado, reconheceu o progresso lento da localização em Moçambique e apresentou recomendações claras. Tencionamos agir em conformidade: assumindo a coliderança dos clusters humanitários, reforçando a coordenação por áreas e reativando o Grupo de Trabalho de Localização para fazer avançar esta agenda.

O Reset Humanitário, lançado em março passado pelo Coordenador de Socorro de Emergência, Tom Fletcher, é, na nossa opinião, uma oportunidade importante para transformar o sistema rumo a uma resposta liderada localmente e mais próxima das pessoas que servimos. Só acontecerá, porém, se existir uma vontade genuína de transferir poder e recursos reais para os atores locais. Tencionamos assegurar que essa promessa seja cumprida, servindo de exemplo global do que a ação humanitária liderada localmente pode alcançar.

Temos consciência de que esta mudança levará anos, não meses. Cerca de **2,4 milhões de pessoas** em Moçambique necessitam de assistência humanitária, mas o plano de resposta deste ano está financiado em apenas **29 por cento**. As previsões sazonais apontam agora para um El Niño forte e para um risco acrescido de seca no sul e no centro de Moçambique, com vários distritos ainda a recuperar das cheias deste ano já entre os que enfrentam a seca. A cólera causou já mais de 9 000 casos e 86 mortes. Estes choques estão a acumular-se e a intensificar-se. Uma resposta humanitária já tão limitada não conseguirá enfrentar os desafios que se avizinham, a menos que seja construída em torno dos atores locais mais próximos das comunidades afetadas.

Por isso, apelamos hoje a todos os intervenientes da ação humanitária em Moçambique — autoridades nacionais, doadores, agências das Nações Unidas, ONG internacionais e demais parceiros — para que se juntem a nós e façam parte deste movimento. **Construamos, juntos, uma resposta verdadeiramente liderada localmente**, em que cada um desempenhe o seu papel: simplificando os processos de diligência devida, reforçando o apoio institucional aos atores locais e assegurando um acesso real ao financiamento e à tomada de decisões.